



ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2012

Acta n.º 23

Ao décimo sétimo dia do mês de Maio do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:10 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de Maio, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal na falta do Presidente da Câmara Municipal, no uso de delegação de competências da Câmara Municipal por deliberação de 23 de Outubro de 2009 sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Guia, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Ferreiras e J.I. de Albufeira até ao limite de 100.000,00 euros, acrescidos do IVA; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desistência do Município como membro da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do plano de liquidação de pagamentos em atraso. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Luís Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) (21:10h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, a Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - Isabel Maria Glória Colaço Carvalho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Teixeira Dias, a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis (21:30h), e o Vereador em regime de não permanência, David Martins. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas



(PSD) Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD) e Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS).-----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Florbela Caixinha e Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (membro suplente PS), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros, Alberto Saraiva, Nuno Lage e Lisboa e Luís Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de três membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira (4ª alteração), José Humbria Correia Brazão (representante da AHISA), Maria Conceição P. Silvestre (representante do SEF) e António José Oliveira Gonçalves (representante do Serviço Municipal de Protecção Civil) (doc. anexo). -----
Depois dos cidadãos tomarem posse perante a Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----
Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal na falta do Presidente da Câmara Municipal, no uso de delegação de competências da Câmara Municipal por deliberação de 23 de Outubro de 2009 sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Guia, Vale Parra, Vale Rabelho, Caligos, Fontainhas, Brejos, Ferreiras e J.I. de Albufeira até ao limite de 100.000,00 euros, acrescidos do IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Reis - "O concurso é por quanto tempo?" -----

Presidente da Assembleia - "Penso que é até ao limite. Quando se atingir este limite, terá de se fazer outro." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Vítor Clemente da Silva, Carlos Lima, Luís Reis -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Luís



Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desistência do Município como membro da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Vítor Clemente da Silva, Luís Fernandes, Luís Reis -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do plano de liquidação de pagamentos em atraso. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - "Senhor Presidente. Gostaria de colocar algumas questões sobre o plano. Pelo que vi aqui da proposta, emanada da Câmara Municipal, esta prevê determinado tipo de pagamentos, a cinco anos e a três anos. Prevê que determinadas situações, em casos mais graves, o período possa ser mais amplo. Pelo menos foi a ideia com que fiquei após a análise do documento. Mas a pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Presidente ou ao Vice, é se este plano de pagamentos foi já discutido com os fornecedores. Porque um plano de pagamentos é, de facto, uma proposta, mas implica necessariamente a aceitação por parte dos credores. Gostaria de ter uma noção, se realmente este plano já foi discutido, se já foi falado, se há aceitação por parte dos



credores, ou se é uma mera proposta que depois terá que ser discutida com os credores, pelo que a nossa posição aqui pode ser relativamente irrelevante." -----

Vítor Clemente - "Boa noite a todos. A pergunta que queria deixar sobre esta situação, da proposta referente ao plano de liquidação é se nesta proposta está implícito ou será que a Câmara ainda ficará devedora de juros? Dado que, como dizia o Francisco Oliveira, se não foi feito o contacto com os fornecedores nesse sentido, presume-se que, no espaço de três, cinco ou dez anos, conforme o que aqui está, venha aumentar a despesa com a situação dos juros. No entanto, uma situação também preocupante, das condições em que vivemos, das condições em que os municípios estão, criados ou não criados, isso não vale a pena, não é hoje que iremos falar sobre a situação. A pergunta e a dúvida, que em termos da parte do futuro, olhando para as receitas que as Câmaras vão ter, caso concreto da Câmara de Albufeira e outras, será que Albufeira estará em condições de fazer este cumprimento aos dez anos, ou aos três anos, ou aos cinco anos? Se não houver, depois terá uma ajuda? É uma situação muito complicada, não só para o executivo camarário mas também para os elementos, todos eles, desta Assembleia." -----

Carlos Lima - "Boa noite. Tenho aqui umas três ou quatro questões para colocar e começava por perguntar se já há algum acordo, que se ouve falar, entre a Associação nacional de Municípios e o Governo e a Banca, para arranjar uma saída para esta situação. Eu penso que é a única hipótese de resolvermos isto. De outra maneira só vamos continuar a contribuir para que mais empresas sigam o caminho da falência e que o desemprego continue a aumentar, como temos assistido e como tivemos agora a confirmação nos últimos dias. Gostava de saber como é que estão essas negociações? Depois, concretamente, aqui este plano de pagamentos tem algumas questões para colocar e a primeira é: será que as dívidas que estão aqui reportadas são só do ano 2011? Porque eu não vejo dívidas de 2009 nem de 2010. Será que foram datadas de novo ou, realmente, não havia dívidas em 2010? Outra questão: eu estive a fazer o levantamento, mais ou menos por alto, e uma coisa que me preocupou, é a sustentabilidade das associações e clubes deste concelho. E deparei-me com duas situações: primeiro, é que só há meia dúzia de associações culturais e desportivas e IPSS, que estão incluídas neste plano de pagamentos. E pergunto se as outras já receberam tudo e se todos os clubes e associações deste concelho têm as contas em dia? Se têm, ainda bem. Porque depois eu gostava de falar desta meia dúzia delas. Todos sabemos que as associações, felizmente ou infelizmente, só se conseguem aguentar com o apoio da Câmara. E este apoio deixando de existir, é complicado! Compromissos assumidos em 2010 mandarem-se para 2017, 2015 ou 2016, é a mesma coisa que dizer que as associações, se calhar, vão fechar. E se vão fechar, se calhar, a Câmara não vai ter que pagar isso. Se a intenção é essa, acho que não deve ser essa! Pelo menos do levantamento que fiz estamos a falar de sete ou oito associações. Associações culturais, associações desportivas, Santa Casa da Misericórdia, Associação de Música do Algarve. Tudo somado não dá metade da primeira prestação que vai ser paga a uma empresa que apesar de ter um milhão cento e dezoito mil euros



de dívida, vai receber tudo de Junho a Dezembro deste ano. Esta empresa não sei quem é, não interessa, e se calhar até tem necessidade disso, recebe a primeira em Junho e a última em Dezembro deste ano, quando estamos a falar de um plano de pagamentos de cinco anos e de dez. Causou-me alguma estranheza. Ou então, sou eu que não percebo nada disto. Esta empresa devia receber isto em sete meses. São seis meses de dívidas até 31 de Dezembro e é mais uma prestação de dívida já de 1 de Janeiro a 23 de Fevereiro. António Silva Campos S.A., vai receber esse valor em sete meses. A primeira prestação são duzentos e onze mil euros. Com metade disso, a Câmara resolvia e pagava de uma vez, tudo o que está em atraso às associações, à Santa Casa da Misericórdia, à Associação Sol, à Associação da Pesquisa e Estudo da Oralidade, Associação Albufeira Activa, Bilhar não sei quantos, Clube Desportivo e Cultural de Albufeira, Rancho das Ferreiras, Montechoro Sport não sei quantos, Associação de Música do Algarve. Estamos a falar de seis ou sete. Não sei porque estas seis ou sete ficaram para trás em relação às outras trinta ou quarenta associações e clubes deste concelho, mas é esta a realidade. E isto tudo somado, se calhar, não dá cem mil euros. Eu estou aqui a ver, para a Associação da Pesquisa e Estudo da Oralidade, que vive com os subsídios da Câmara, não vive de mais nada, se calhar nove mil euros faz muita falta e não sei se eles se aguentam, vão receber isto a 20 de Janeiro de 2016. Eu duvido que em 2016 esta associação ainda esteja aí a fazer recolhas de provérbios, que muita falta faz, estamos a falar no testemunho que a associação está a deixar para o futuro. A minha preocupação é esta. Eu acho que isso vai ser negociado, não estou mandatado por estas associações para negociar isto, de maneira nenhuma. Agora, desde sempre foi uma coisa que me preocupou, foram as associações, muitas delas incentivadas e se calhar bem pela própria Câmara, a entrarem em actividade e agora, de um momento para o outro, contratos que foram feitos em 2010 passam para 2014 ou 2015. É complicado gerir isto! E quem andou no movimento associativo sabe que, infelizmente, vivem dos subsídios da Câmara. Portanto, também têm que começar a "arrepisar" caminho, têm de começar a estruturar de outra maneira. E já agora, um à parte: eu no ano passado quando se fez a compra do pavilhão do Imortal, eu alertei para isto, já não está em dívida, foram seiscentos e tal mil euros. E estamos a falar, não chega a cem mil euros no global de todas as outras associações. É uma recomendação que eu fazia à Câmara, para quando negociasse com outras empresas atrasar-se meia dúzia de dias o pagamento e resolvesse o problema. Eu não estou a dizer que seja fácil atrasar meia dúzia de dias a qualquer empresa com a situação actual em que todas as empresas vivem mas, se calhar, meia dúzia de dias a uma empresa, não é tão gravoso como cinco ou seis anos a estas associações. Para já, a minha intervenção era esta!" -----

Francisco Oliveira - "No âmbito desta questão, não realcei o facto de até à data não ter sido publicado o decreto regulamentar ou portaria que vem regulamentar a lei dos compromissos. Não sabemos, exactamente, o que se irá passar no futuro. Por essa razão, também não sabemos quais as receitas que a Câmara poderá arrecadar tendo em consideração esta nova decisão do Governo/Ministério das Finanças, de vir buscar os



tais 5% aos impostos municipais. A pergunta que eu faria era se, a Câmara Municipal de Albufeira também iria seguir o exemplo de algumas Câmaras, juntando-se a interposição da providência cautelar, tendo em consideração que existem pareceres jurídicos dando indicação que se trata de uma ilegalidade, pondo em causa a inconstitucionalidade deste decreto-lei do Governo. Porque, estar-se a fazer um plano de pagamentos que é louvável no sentido de, resolver os problemas, mas sem ter bases concretas e, neste momento, podem mudar de mês para mês, consoante as circunstâncias económicas, poderá tal proposta cair em "saco roto" e estarmos a aprovar um plano de pagamentos às empresas ou às entidades que devido a circunstâncias exteriores, a Câmara não poder cumprir, o que seria desastroso." -----

Luís Reis - "Só meia dúzia de palavras para dizer, o quanto lamento que a Câmara tenha chegado a este ponto, independentemente de não reportar as responsabilidades da situação reconhecendo responsabilidade relativamente geral. Mas eu vejo aqui neste documento uma agravante acrescida em que remete os pagamentos para os próximos cinco anos, remete, se a Câmara conseguir pagar 50% nesses cinco anos da dívida global, remete os próximos 50% para os próximos dez anos e, depois, no fim, como tudo pode ser que não corra tão mal quanto isso, mas diz que, tudo isto poderá ser reformulado em caso de imprevisto. Quer dizer, os próprios fornecedores acabam por ficar relativamente dependentes de uma situação à qual eles estão alheios. Queria-me reportar a título de exemplo, para finalizar que, há poucas assembleias atrás a própria Câmara acabou por aprovar um projecto de um novo passeio marítimo, acabei por não saber em quanto vai ser orçado, mas num mar crescente em que estamos de dificuldades, é inconcebível que projectos destes sejam aprovados. Não sei se este projecto foi delineado pelos técnicos da Câmara ou se foi encomendado no exterior? É uma pergunta que gostaria de fazer. Lamento a situação real da Câmara, mas lamento muito mais a situação dos construtores e seus familiares agregados que estão ligados a esse tipo de empresas." -----

Vítor Clemente - "Sr. Presidente, não ficaria tranquilo com a minha consciência se não viesse levantar, mais uma vez, algumas das situações. Isto é um assunto que a todos os elementos da Assembleia, como representante do povo em Albufeira, devemos falar e abertamente. A situação da EVA Transportes tem cento e dezasseis mil novecentos e quinze. Julgo que estejamos a falar do Giro. Onde, há relativamente pouco tempo, a Assembleia viria a aprovar por maioria o aumento para esta empresa em termos de prestação de serviço. Significa que, esta dívida irá ser saldada a 26 de Maio de 2017. As Águas do Algarve são onze milhões. É certo de que todos nós vimos a assistir que as tarifas aumentaram mas, possivelmente, não tem entrado mais dinheiro. Relativamente aos Irmãos Cavaco, uma empresa na prestação de serviço de limpeza em Albufeira, que aquilo que hoje é visível é algo que caiu um bocado. É um valor que, de facto, foi transmitido para os utilizadores, para os consumidores de água que têm que pagar estas tarifas todas, e verificamos que todo este tipo de processo, no caso concreto dos Irmãos Cavaco, irá ser remetido até ao ano 2020. Faço votos de desistir pela sua liquidação. Sobre este tipo de situações, nós Partido Socialista, levantamos sempre



algumas dúvidas e contrariamente à parte do PSD que remeteu-se apoiando o executivo. Não ficaria mal se em alguns casos o criticasse. Mas hoje, como Francisco Oliveira dizia, não sei se este documento, ao aprovar, irá envolver a responsabilidade de todos nós. Já é uma ameaça para o executivo camarário, forçosamente tem reacção para as Assembleias Municipais. Significa também que há uma consciência maior da nossa parte no que diz respeito a qualquer tipo de documento que temos que analisar, discutir e votar. Disse, Sr. Presidente." -----

Presidente da Câmara - "Com tantas perguntas, vamos ver se não me esqueço de responder a nenhuma. E àquelas que não tiver aqui dados, vou pedir ao Dr. Rolo que me complemente aquilo que vou dizer. Queria dizer aos meus amigos, quer do PS quer do PSD, que nós estamos no município mais turístico do país. Município que serviu seis milhões de dormidas no ano anterior. E lembrar aos meus amigos que estamos num município, e é um trabalho feito pelas nossas técnicas que estão aqui por trás, onde identifica que este município para quarenta mil habitantes e para quatrocentos mil habitantes em termos daquilo que é a mobilidade, um diferencial anual para município de cerca de vinte e nove milhões de euros. E este município é um município que no ano de 2009, no final do ano, estava a pagar a todos os fornecedores e prestadores de serviços, a seis, sete dias. Este é um município, que ao longo dos anos, tem servido de imagem não só do Algarve mas do país em termos turísticos em termos internacionais. E é este município que ao longo dos anos tem contribuído de uma forma significativa para os cofres do Governo Central, seja ele qual for, e não é ressarcido, minimamente, naquilo que presta em termos de serviço público e aquilo que é um serviço que faz com despesa do município, sem receita associada. E é este município, que vocês conhecem muito bem, que ao longo destes anos teve este desempenho e este trabalho. É este município que no âmbito desta desaceleração da economia, desde o ano de 2007, que perdeu à volta de, só de IMT, cerca de sessenta milhões de euros, o que equivale a um diferencial acumulado de 71%. E é este município que, neste momento, e os do Algarve que prestam serviços turísticos, estão com dificuldades financeiras. E portanto, este é o município, que vocês conhecem, e que tem dado respostas. É um município onde os custos associados à questão da limpeza, à questão do diferencial da manutenção dos sistemas de saneamento e abastecimento de água, ao serviço de transportes que é uma prestação de serviços em termos de mobilidade, é este município que tem tido essa responsabilidade e do qual não tem sido ressarcido em função dessas exigências. Queria deixar isto aqui muito claro para os senhores deputados que aqui estão esta noite. Também queria dizer que, face à lei dos compromissos, Lei n.º8 de 2012, que definia que deveria e tinha que haver noventa dias a seguir a um plano de pagamentos. Não diz um plano de acordo, diz um plano de pagamentos. E o que nós procurámos foi encontrar forma de assumir um plano de pagamentos. Este plano de pagamentos foi aquele que foi encontrado de acordo com aquilo que são as exigências do processo actual, as exigências da lei dos compromissos e as exigências dos fundos disponíveis. Como vocês sabem, todos os três meses temos de fazer as contas daquilo que é previsível receber e aquilo que é previsível gastar. E um município como o de Albufeira,



se se mantiver este modelo de financiamento dos municípios, nem o de Albufeira, nem o de Portimão, nem o de Loulé, nem o de Lagos, nem o de Vila Real, nem o de Tavira, têm sustentabilidade para financiar o Governo Central naquilo que são os seus custos inerentes à despesa que todos os dias têm que fazer. E nós que em Junho, Julho e Agosto, vocês sabem disso, onde temos equipas na praia todas as noites de madrugada, onde temos consumos de combustíveis, onde temos consumos em termos daquilo que são as horas do pessoal, temos um défice acumulado de despesa onde qualquer taxa, qualquer tarifa, qualquer coisa que se paga naquelas praias, vai tudo para a Capitania, para a ARH, para o Governo Central. Ou seja, temos prejuízo. Em bom rigor diria que, quanto mais turistas tivermos aqui em Albufeira, mais prejuízo o município tem. Esta é a realidade dos municípios do Algarve. Ainda ontem a AMAL reuniu com o Ministro Miguel Relvas sobre estas matérias. Eu tenho levado estas questões, e o Sr. Vereador David sabe que tenho-o informado de tudo isto, ao Secretário de Estado, ao Ministro, na ANMP, na AMAL, em todos os foros. Eu próprio estive na terça-feira em Lisboa com o Presidente da República e demonstrei-lhe muito claramente, até porque tenho aqui números que a Dra. Carla e a Marisa nos entregam, da insustentabilidade de municípios como o de Albufeira. Nós recebemos do Orçamento do Estado quase metade do que Alcoutim e Aljezur. Vão dizer, Alcoutim, São Brás e Aljezur não têm quase problemas nenhuns. Pois não têm! Não têm porque S. Brás de Alportel tem oito ou dez mil pessoas, Alcoutim tem três mil pessoas, Aljezur tem cinco mil pessoas. Isto para vos dizer que a realidade é esta. Eu nos últimos meses não tenho feito outra coisa se não andar a procurar defender esta realidade. E quando falo em Albufeira procuro associar todos os municípios. Felizmente, que já se vai encontrando gente no Governo que vai percebendo. Já perceberam a questão dos seis milhões de dormidas em relação aos dirigentes e, espero eu que, em termos daquilo que é a Lei das Finanças Locais, que vai ser discutida, que tenham em conta isto, sob pena destes municípios deixarem de dar respostas àquilo que é o criar riqueza para o país. A Lei entrou em vigor, mas como vocês sabem o Decreto Regulamentar ainda não está publicado. Se eu e os meus Vereadores não têm assumido aqui algum risco, e os Presidentes de Câmara deste país e os Vereadores, as Câmaras já estavam paradas, porque há momentos em que nós não temos condições de assumir rigorosamente nada. E estamos a falar de coisas muito básicas, nomeadamente de transportes escolares, de cantinas, do serviço de limpeza, estamos a falar de um conjunto de serviços que nós temos posto a cabeça no cerco. Espero que tenha assumido isso de consciência de que em política é preciso correr alguns riscos. Eu tenho feito isso em prol daquilo que me parece importante para os munícipes e para os serviços. Ainda há pouco estive a falar com os meus colegas, Isabel Soares e o colega de Paços de Ferreira, por telefone. Também tenho falado com o Soeiro, que vocês conhecem bem, ele não tem fundos nenhuns disponíveis! Neste momento, 80 a 90% dos autarcas deste país não têm fundos disponíveis! Porque a própria lei baralha tudo isto. Se nós agora, Março, Abril e Maio, em termos de receita, que é onde temos o IMI, mas a despesa associada, aquilo que são os serviços da água, serviços de saneamento, serviços de limpeza, os espaços verdes, os transportes,



porque ainda temos transportes nesta fase, mesmo assim é um défice na volta de cinco, seis milhões. O mês de Junho, Julho e Agosto, que não há receita, é quando a Câmara tem mais despesa, em termos de preparar todo este serviço. Eu tenho dito que qualquer município assim, neste contexto, é insustentável. Esta é que é a realidade! Acho que devemos todos saber do que estamos a falar. Em resposta ao Sr. Luís Reis, em relação à questão da Marina e do passeio, não houve qualquer custo para a autarquia. Eu na terça-feira estive, como vocês sabem, com o Presidente da República, com a ANMP. Ontem houve uma reunião da ANMP com o Ministro das Finanças, com o Ministro Miguel Relvas, o Secretário de Estado do Orçamento e o Secretário de Estado do Poder Local, ficou criada uma comissão, vão reunir na quarta-feira com uma série de pontos em cima da mesa, onde, neste momento, o que está aqui em causa é a questão do financiamento para as dívidas a curto e a médio prazo, aquelas acima dos noventa dias. Se essa linha de financiamento chegar com um período de cinco a dez anos, este plano de pagamentos, obviamente, deixará de ter funcionalidade. Mas o facto é que a lei nos exige um plano e não podemos fugir à nossa responsabilidade. É o que estamos a fazer. É minha convicção que, daqui a um mês já estaremos a falar de forma diferente. Porque a lei dos compromissos levada à letra como está, é muito complicada para todas as Câmaras deste país e este processo é muito complicado se não tiver uma luz que possa permitir um acordo com a banca e com o Governo para poder resolver grande parte desse processo. Sobre a questão dos 5%. Quero dizer que o Governo, hoje, foi às Câmaras todas sacar os 5%. Eu tinha pedido aos serviços para prepararem o processo para a providência cautelar e hoje de manhã fui confrontado. Aliás, eu não tive acesso porque a partir do meio-dia o sistema caiu, mas quando falei com os meus colegas que há pouco mencionei, confirmaram-me que os foram buscar às Câmaras deles por isso deduzo que a esta também. Esses 5% equivalem à volta de quinhentos mil euros em relação ao concelho de Albufeira. Se nós tínhamos problemas, mais problemas temos. Ou seja, já nos vieram buscar a verba de uma coisa que ainda não foi avaliada, é do ano que vem, e do qual ainda nós não recebemos verba nenhuma do ano anterior. É este o ponto da situação, Sr. Presidentel Eu acho que com estas questões, por muito que queiramos dizer outras coisas, o tempo não é de dizer muitas coisas. Não está aqui em causa se é do PS, ou PSD, ou CDU, ou outro partido, o problema é muito complicado para o poder local, há uma exigência muito grande no poder local. Por isso há pouco dizia que, se nós não cometemos algum risco, então nomeiem um director ou um gestor para as Câmaras Municipais, nomeiem alguém que assine papéis e que dê cumprimento à legislação. Porque não faz sentido numa democracia os eleitos estarem controlados. Fiscalizados tudo bem, até gostamos de ser avaliados, saem relatórios que nos ajudam a corrigir. Não sei qual vai ser o futuro do poder local, do poder autárquico, mas confesso que não está bem e, eu como autarca e os meus colegas, não gosto que estejamos a passar um processo tão complicado. E digo o seguinte: eu defendo tanto as associações como tu, que tens essa escola e deves perceber que neste contexto o que está aqui em causa é encontrar uma solução que, obviamente, dê enquadramento ao que é exigido, mas estão sempre na primeira linha e



quando houver condições as associações terão esse apoio, como sempre o tiveram. Talvez da mesma forma, não, como tu sabes. A sensibilidade não está toda aí e nenhuma aqui, a sensibilidade está em todo o lado. Só que há questões aqui que são importantes todos os dias, e nós aqui todos os dias vamos correndo riscos, como vocês sabem estão bem definidos na própria lei. Dr. Rolo, depois da minha intervenção, não sei se ficou alguma questão por responder? Peço ao Sr. Presidente permissão para o Dr. Rolo responder." -----

Presidente da Assembleia - " Sim, sim. Faz favor! -----

Vice-Presidente da Câmara - "Só há duas questões, penso eu. António Silva Campos, o plano de pagamentos previsto para esta empresa, tem a ver com a construção da escola da Guia. Essa concentração desse período de tempo, desfasado um pouco daquilo que é o normal, tem a ver com a candidatura que foi feita para essa escola ao QREN. E como sabe, o QREN só paga contra pagamento. É preciso nós pagarmos primeiro e depois irmos reclamar o direito ao dinheiro. A razão é essa. Isto são pagamentos em atraso. São considerados pagamentos em atraso, aqueles com mais de noventa dias para além do vencimento da factura." -----

Francisco Oliveira - "Sr. Presidente com o devido respeito, penso que, o seu discurso foi realmente abrangente, mas diria também redondo, porque acaba por não responder às questões. E digo isto por uma razão muito simples. Desde o passado, e ainda hoje, o Algarve reclama contribuir mais para o PIB do que efectivamente recebe. E sempre assim aconteceu! Nos tempos áureos, onde, efectivamente, havia receitas do imobiliário, receitas dos IMTs, por aí fora, as situações não eram complicadas. Neste momento são realmente complicadas devido a esta lei. A questão que se coloca é esta: então por que razão, não sabendo nós, como o Sr. Presidente acabou de dizer, se no próximo mês as coisas não serão diferentes, estaremos a aprovar um plano porque a lei nos manda fazer, mas não sabemos muito bem o que vai acontecer no futuro. É tão evidente que o próprio decreto ou portaria que regulamenta a lei dos compromissos, foi aprovada segundo ouvi dizer, há cerca de duas semanas em Conselho de Ministros, ainda não foi publicado. Ninguém sabe se foi aprovado com este ou outro conteúdo, se retira a penalização aos autarcas por actos praticados após a entrada em vigor da lei, ou se coloca os autarcas perante a prática de factos ilícitos. Estamos a viver uma situação de completa insegurança. E quando o Sr. Presidente diz, muito bem, que temos de cumprir a lei, o que é facto é que, não sabemos muito bem como é que a havemos de cumprir. Portanto, este plano de pagamentos que se pede aqui para aprovar, pode ser um documento que daqui a um mês seja deitado para o lixo. Quanto à providência cautelar e uma vez que está ultrapassada, há sempre outros meios de reagir, caso se considere que estamos aqui perante uma ilegalidade ou uma inconstitucionalidade. Estamos aqui a caminhar sobre brasas. Ninguém sabe muito bem o que irá ser o futuro e o que nos irá acontecer. Eu dou um exemplo concreto: a nova lei referente aos Censos das Fundações, refere num determinado artigo que após a entrega da documentação as Fundações recebem um número de registo para que as Câmaras possam fazer a transferência desses valores para as Fundações. O que é que



acontece? Muitas Fundações entregaram, de facto, a documentação exigida, nunca lhes tendo sido dado um número de registo e neste momento estão asfixiadas. Ou seja, o próprio Governo que faz a lei, e aqui não é uma questão política é uma questão de entendimento jurídico, invoca prazos para serem cumpridos, e as Fundações, a maior parte delas cumpriu, mas o Governo não cumpre aquilo que lhes é determinado. No fundo, tudo isto, para dar aqui a ideia de que estamos numa situação redonda. A aprovação deste plano, embora a lei exija a sua elaboração, não sabemos em que termos o podemos fazer. Estamos a aprovar um plano, em que não há definição de critérios, rácios, uma vez que o decreto ou portaria ainda não foram publicados. Não querendo pôr em causa tudo o que foi feito, não querendo por em causa que somos o concelho do país que representa o turismo, o que é facto é que estamos a dar um passo sem saber muito bem o que vamos fazer. É essa a questão!" -----

Carlos Lima - "É só lembrar que coloquei algumas questões que, ou não me foram respondidas ou eu não percebi a resposta. Eu coloquei uma questão que foi a seguinte: se estas facturas, estes contratos ou estas dívidas, que estão previstas neste pagamento, se têm todas a data de 2011, não há nada de 2010? Estranho que não haja nada de 2010. Eu tenho conhecimento concreto de que há coisas de 2010, aqui aparecem referenciadas como sendo de 2011. Depois, há outra questão, que vou dizer, não devia dizer mas digo, quem me conhece sabe que eu não deixo nada para dizer. Não se pode beneficiar quem vem todos os dias à Câmara e que tem disponibilidade para estar aqui nos serviços à espera que lhes dêem o cheque. E quem consegue fazer isso, recebe, quem não o faz, quem espera que as coisas funcionem normalmente e nos prazos normais e decorrido os compromissos depois seja pago, vê-se confrontado com pagamentos que agora vão para 2016, quando se calhar houve muita gente que recebeu muito antes porque, se calhar, conhecia alguém, ou telefonava ou vinha mais vezes. É verdade o que estou a dizer! E é verdade que é dito para desdobrar facturas porque é complicado pagar tanto. E a partir do momento que se desdobra, é passado um ano, e agora aparece em 2011 quando devia aparecer em 2009. E aparecem dívidas referenciadas em 2011 porque já são recibos que foram desdobrados e voltaram a ser desdobrados para mais facilmente se fazer pagamentos e acabou por não haver pagamento. São situações que eu não gostava de as trazer para aqui e digo já, abertamente, que é da associação que eu sou tesoureiro. Eu já falei nisso diversas vezes, não queria aqui referir tão taxativamente essa situação, mas é pena que isso aconteça e é pena que as associações deste concelho, que se empenham em fazer protocolos com a Câmara, que disponibilizam os meios técnicos que têm, que dão o seu tempo, que desde sempre foram elogiados, não os vejo compensados, não vejo a possibilidade de receber porque não estamos a falar de dar mais ou menos, ter mais ou menos atletas, estamos a falar em protocolos estabelecidos pela Câmara para prestar serviço, e que a Câmara achou que era aquele serviço que deveria ser prestado. E vir agora dizer que dez, doze, ou quinze técnicos foram envolvidos nisso e esses protocolos eram para pagar os vencimentos a esses técnicos, vir agora dizer que vocês só vão receber isso daqui a quatro anos, eu acho que não é a melhor forma de tratar as



associações nem clubes deste concelho. Se bem que a maior parte deles têm os problemas resolvidos. Se calhar são esses que têm disponibilidade para se virem sentar na porta da Câmara à espera. Ou então acham que é assim que isto funciona. Se é, alguma coisa está errada. É pena eu ser obrigado a chamar, como se costuma dizer, os "bois pelos nomes", acho que é uma situação que não está correcta, e estão aqui pessoas que sabem o que estou a dizer, que eu já venho a falar disto há dois anos. Há dois anos que eu venho a dizer que há protocolos que não estão a ser cumpridos, e percebo que haja dificuldades. Mas quando me dizem, "*para a semana há qualquer coisinha*", esta qualquer coisinha é daqui a quatro anos. Eu não devia ter dito isto, mas não consigo engolir. E para estar a dizer só ao Sr. Presidente ou ao Sr. Vice-Presidente, prefiro que seja dito publicamente porque é verdade e é assim. Eu não estou com isto a querer criticar minimamente a Câmara, eu sei que está complicado. Eu comecei por dizer que não acredito e vejo com muita mágoa para onde está a caminhar o poder local, vejo e concordo com tudo o que o Sr. Presidente disse, e por isso é que comecei por perguntar como é que estava o acordo entre a Câmara, o Governo e a ANMP e a banca. De outra maneira não há hipótese, é melhor, como já ouvi dizer, fechar as Câmaras. Vamos todos para casa, não há dinheiro para a senha dos ilustres deputados, poupamos dinheiro, não há nada para ninguém, e acabou. O Governo que venha aqui e faça a gestão do país, se calhar é isso que eles pretendem, ou pretende asfixiar ainda mais. O Governo sabe que está a mandar centenas e centenas de pessoas para o desemprego. As empresas vão receber daqui a quatro, cinco ou dez anos. Eu não sei se isto é de propósito ou se não é. Mas criou problemas e os problemas têm de ser resolvidos. Eu sei que está a ser feito um esforço, mas há situações em que não se pode interdizer. É preferível dizer "não há dinheiro, não se paga". Para a semana há, para a semana há, para a semana há. Isto não é uma mercearia, é uma terra, que tem responsabilidade e, as pessoas quando dizem "*venham cá para a semand*", é para vir para a semana e estar cá qualquer coisa. Nem precisava de vir, era feita a transferência. Vêm cá para a semana, vêm cá para o mês que vem, vêm cá para o ano que vem e vêm daqui a quatro anos. São situações que podem ser encaradas como uma situação pessoal. É situação pessoal porque se o Sr. Presidente da Câmara defende a Câmara, deve defender! Um tesoureiro também deve defender a sua associação. E eu comecei por defender as associações todas que, infelizmente, são meia dúzia delas que se calhar não têm ninguém que tenha disponibilidade para se sentar aqui no poial à espera do cheque. São meia dúzia delas! E as outras, já receberam todas?! Ainda bem. Não devia ter sido regateado o dinheiro?! É uma questão que eu coloco. Desculpe lá a minha frontalidade, não é agora com sessenta anos que vou deixar de ser frontal mas correcto, penso eu, e não digo mais do que aquilo que é verdade e depois de confrontar toda a gente com tudo. Toda a gente sabe! Foram confrontados com estas situações há dois anos para cá. Presidente, Vice-presidente, Vereadora. Vocês nem imaginam o que é que dizem as outras pessoas desta associação. Eu tentei acalmá-los. Toda a gente sabe de que associação eu estou a falar! Foi uma associação que foi incentivada pela Câmara para ser criada, as tais associações de jovens, e os jovens avançaram. E o que é que nós



velhos estamos a fazer aos jovens? *"Há o protocolo, vocês vão fazer isto!" Os jovens dizem: "cuidado, não há dinheiro para fazer isto tudo, se calhar é melhor fazermos isto de outra maneira. Não! É-nos dito para continuar assim."* E depois são confrontados com dez ou doze técnicos que deviam receber mil ou dois mil euros e estão há dois anos sem receber. Eu sei que todos nós, na função pública, estamos a levar cortes. Será que é isto que estão a fazer a estes técnicos, das associações, a quem foi proposto um protocolo? Acho que devia haver maneiras mais expeditas de resolver estas situações, porque estamos a fazer de meia dúzia de associações e estamos a falar de meia dúzia de euros, não estamos a falar em milhões. Quando se fala em mil euros para um técnico que não tem mais emprego nenhum, são estes mil euros que ele consegue receber, é mais importante do que se calhar alguns milhões para outros. Mas isso é tudo muito relativo e eu não quero com isto estar a defender as associações, em particular uma ou outra, defendo as associações todas e acho que não houve cuidado, penso eu, não quero ser injusto, no tratamento desta situação. Obrigado." -----

Presidente da Câmara - "Eu quero responder ao Sr. Deputado Carlos Lima, em dois momentos, que me parecem importantes. Com todo o respeito que lhe tenho, não admito que ponha em causa aquilo que é a idoneidade do meu Vice- Presidente que tem aqui um papel fundamental neste processo todo e onde eu próprio nunca accionei qualquer processo no sentido de acelerar algum pagamento, porque sei das dificuldades e sei daquilo que é a responsabilidade de receber não sei quantos telefonemas por dia e das pessoas virem cá. Portanto, essa gestão, nos últimos dois anos, tem sido uma gestão muito difícil e complicada. Essa de virem sentar à porta e de virem aqui todos os dias, eu daquilo que conheço, sei que não é assim porque não é essa a forma de assumir esses pagamentos e tratar das coisas. Este é um ponto! O outro ponto: é evidente que a Câmara assumiu erros! Assumiu erros quando motivou algumas associações, que em vez de serem empresas passaram a ser associações. E todo este processo foi evoluindo porque na altura era mais fácil organizar o processo desta maneira para prestar serviços. Ouve associações que prestaram serviços, mas no fundo, tinham um contexto que era, o seu ADN era um ADN de empresa. Contratavam os técnicos, punham os técnicos a funcionar como associação. E nós assumimos isso em determinada altura porquê? Porque as associações tinham um papel fundamental, os serviços sociais tinham necessidade de ter gente competente e gente para facilitar e para dar formação e ajudar os idosos e crianças. Houve esse momento, sim! E esse momento, no contexto actual, já não tem sentido fazê-lo desta forma. Ou seja, nós estamos a procurar corrigir os erros. Mas há aqui uma questão que eu assumo aqui, que é as questões das associações, assim que houver condições práticas tendo em conta esta questão que está a ser negociada, as associações são claramente a nossa prioridade. Isto não é discurso redondo, nem quadrado, é assim! Nós sabemos que o Estado e os municípios, não têm capacidade de prometerem aquilo que são as valências necessárias quer com os jovens, quer com as crianças, quer com os idosos. E portanto, os municípios sempre se assumiram como alavancar desse desenvolvimento e dessa



sustentabilidade. E o que nós procuramos fazer e sempre o fizemos estamos prontos a fazer, é defender que este município e esta Câmara, quando eu cheguei a esta presidência tínhamos mil e quinhentos miúdos a praticar desporto e agora temos cinco ou seis mil, tínhamos dezasseis modalidades e agora temos trinta modalidades, tínhamos dois ou três pavilhões agora temos onze, tínhamos meia dúzia de escolas e agora temos uma dúzia de escolas. E todo esse trabalho porque eu entendo e defendo, e essa grande responsabilidade que temos, que esses miúdos tendo apoio, eles não vão para a droga e Albufeira oferece muitas situações dessas. Essa é a minha preocupação! E como valorizamos sempre, as pessoas da terceira idade. Nós temos procurado! Está aqui a Vereadora, que tem feito um esforço e que agora sente um bocado a alma um pouco aflita porque não há condições para continuarmos a dar os apoios que nós queríamos. Nós não temos essas condições por vários factores, mas uma coisa é certa, esse é um compromisso que eu assumo. Não acredito que o meu Vice-Presidente e vocês conhecem-no bem, vá na onda de dar por estar aqui todos os dias, ou disto e daquilo. Como disse há pouco, quando houver condições práticas de assumirmos, é evidente que as associações farão parte deste processo, como sempre o fizeram. Porque nós não queremos marginalizar as associações e toda essa gente que trabalha no contexto da mais-valia da cidadania. Há é uma situação extremamente complicada no contexto financeiro do município e do país e que nós assumiremos logo que haja condições para o assumirmos. É isso que eu quero aqui deixar em cima da mesa. É a minha defesa no sentido de não acreditar que haja pagamentos passados em função das pessoas ou alguém que se senta aqui à porta todos os dias. É mais nesse contexto que eu queria dar esta justificação, porque não posso deixar ficar mal, como devem calcular, a pessoa que tem essa responsabilidade há muitos anos e num momento destes indiciar que há aqui facilitismo em relação a uns e dificuldades em relação a outros. Eu não posso deixar que isso aconteça!" -----

Luís Reis - "Eu compreendo perfeitamente aquilo que o Sr. Presidente diz, contudo o documento que aqui aparece é um documento que sai, muitas vezes, fora do âmbito daquilo que afirmou. Compreendo que haja boa vontade em caso das disponibilidades virem a ser postas, mas aqui no documento em si aparecem situações bastante agrestes. Aparece aqui uma que diz "*caso se verifique disponibilidade financeira em casos de penhoras, autoridade sanitária, segurança social, tribunal, das empresas poderá ser revisto as datas de pagamento*". Eu sobre este ponto tenho pouco a dizer, mas tenho duas situações que gostava de pôr na balança. A listagem de pagamentos que temos, sei que algumas empresas foram consultadas para avalizarem estas alterações das datas de pagamento e que, claro, a maior parte delas não deve ter estado de acordo. Mas sei também que muitas delas não foram auscultadas nem sequer lhes fez planos de pagamento. E o documento prevê aqui que em caso de penhoras ou dificuldades serão revistas as datas. Eu, independentemente de saber que o processo seria um processo duro e talvez prolongado, achava que teria sido de boa ética que todas as empresas tivessem sido consultadas e que se tivessem pronunciado com comprovativo, é claro, sobre as suas dificuldades, que poderiam, eventualmente,



alterar as datas para comprometidas. Segundo ponto: A Câmara de Albufeira com a visibilidade que tem e dá, desde sessenta e quatro que conheço a evolução de Albufeira, a nível nacional e até internacional, está, presentemente, unicamente a utilizar os meios que são disponibilizados ou apontados para a resolução desta situação, para colmatar as faltas de verbas. Devido à visibilidade que nós temos, eu propunha que esta visibilidade fosse utilizada como forma de contestação a vir aos ouvidos de toda a população nacional e mesmo internacional, de que Albufeira está a ser extremamente prejudicada com possibilidade de ter que restringir os seus serviços. Como o Sr. Presidente afirmou, de podermos vir a ter problemas com a limpeza, com águas, com uma série de situações. Eu achava por bem que a própria Câmara de Albufeira utilizasse o nome que tem para reivindicar publicamente, não só no contexto das autarquias mas, em nome individual, a posição e a situação que nós temos. Contudo, também disse que nós somos um gerador muito produtivo para o Governo Central." -----

Vítor Clemente - "É só para deixar ao Sr. Presidente duas situações em concreto que foram levantadas. Existiram ou não existiram, eis a questão, contratos com os fornecedores? Se há ou se está previsto, se não há ou irá haver, pagamentos de juros?"

Presidente da Câmara - "O que o Luís disse é contraditório. Ou seja, aquilo que eu disse aqui é no contexto das exigências dos municípios do Algarve. Não é e nem ficaria bem que o município de Albufeira liderasse um processo pondo em causa isso. Aí é que poderia, em termos de imagem, ser complicado. Ou seja, nós temos de gerir isto, para o bem e para o mal, no contexto de nós próprios, cada município ter capacidade de poder pagar. Porque aí podia ser entendido como uma situação negativa nesse contexto. Entendi o que o Luís disse, mas não pode ser assim. Eu não quero isso assim! Eu quero que o Algarve se defina como uma região, que tenha voz, que tenha uma capacidade de organização porque já acabou o tempo de cada um gritar para seu lado. Eu tenho de começar a gritar alto, mas não quero gritar alto sozinho. A região tem de gritar e fazer sentir a dor. O problema é que o Algarve, os deputados do Algarve assumiram sempre mais o papel dos partidos do que da região. Esta é que é a questão, esta é que é a realidade. E a questão das portagens. No Governo anterior os nossos não queriam, e agora são os outros que não querem. Este é um processo muito complicado de gerir. Não pode ser uma voz só, tem de ser uma voz pela região, vozes pela região e é assim que se defende uma região, não é cada um a gritar para seu lado. Gritam mas depois só pensam no seu processo e os outros que se lixem. Eu conheço-os e sei, tanto seja de um lado como de outro, seja a nível autárquico, seja a nível de delegações regionais, seja no que for. Enquanto for assim, o Algarve não terá peso nenhum nem irá a lado nenhum. Esta é a realidade que nós temos, nua e crua. O protagonismo podemos ter quando quisermos, mas a pergunta é: desse protagonismo, qual é o resultado prático? Aí é que preciso pensar isso bem. Eu pedia ao Dr. Rolo que completasse." -----

Presidente da Assembleia - "Rolo, faça favor." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Eu só queria responder ao Sr. Deputado Carlos Lima, porque ele já me conhece há muitos anos e não é preciso estar aqui a fazer autodefesa nenhuma. Não tenho dado autorizações de pagamento a quem primeiro chega, se fosse



assim, obviamente que, as Águas do Algarve não era assim, aliás, a dívida que nós temos às Águas do Algarve é demonstrativo disso mesmo, é metade da dívida a todos os fornecedores e empreiteiros, e eles são bastantes. As associações merecem tanto peso, tanta importância, tanta prioridade como qualquer outro empreiteiro. Obviamente que cultivámos, evidentemente, ao longo destes anos quando havia possibilidade económica e social, a origem, o iniciar e a criação de certas associações. Obviamente que agora na situação em que estamos, já foi aqui por várias vezes dito, por várias razões a quebra de receita, ninguém conseguiu prever, seja a nível local, seja a nível do país, seja europeu, para onde isto ia e muito menos para onde isto vai. Por outro lado, quero dizer também que, estas facturas que estão aqui no plano de pagamentos são todas de 2011, salvo as das Águas do Algarve e Algar que são de 2010. Há aqui alguns pagamentos antes dessas datas que vão ser pagos mas sem plano de pagamentos, vão ser pagos para a semana, um milhão e tal de euros. Com certeza que algumas dessas associações vão ter, até porque já pedi aos serviços que me dessem uma relação de tudo aquilo que está para as associações do concelho. Se fosse feito o pagamento conforme a ordem cronológica das facturas existentes já muita coisa estava parado neste momento, pode ter a certeza. Há situações em que se deve mil euros, são tão pesadas para quem se deve cem mil euros. O contacto com as pessoas faz com que nós não sigamos a ordem cronológica. A ordem cronológica está assim neste plano de pagamento. Planos de pagamentos não são acordos de pagamentos, atenção! Se há juros ou não há, neste momento não há, esperemos que não venha a haver. Se não sabemos para onde vamos, conforme Francisco Oliveira, pois não sabemos muito bem. Nós estamos baseados, como diz na proposta, numa versão, talvez a sexta do decreto-lei que vem regulamentar a lei n.º8/2012, cuja versão foi a última emanada pela ANMP e com certeza que foi a que veio cá hoje. Isto aqui é tão só para cumprir o art.16º da lei. Se realmente o Governo chegar a acordo com a ANMP e a banca, com certeza que este problema ficará resolvido, por natureza, e não há problemas em que isto vá para o lixo, embora seja um papel no lixo mas pode-se pôr no papelão." -----

Adriano Ferrão - "Eu não quero ser redundante sobre as coisas que já foram aqui ditas mas quero, primeiro, comentar as afirmações do nosso colega da bancada do PS que falou das situações agrestes as quais decorrem da lei. Queria lembrar que este plenário nada pode fazer quanto a isso porque não nos cabe a nós essa responsabilidade nem essas competências. Depois, realmente, a solução que protagoniza seria um caos, seria uma revolução "futurística", seria aniquilar não só Albufeira como imagem exterior de destino turístico, como até o Algarve correria o mesmo risco com uma situação destas. Parece uma utopia. Agradecem-se as ideias, mesmo que elas sejam futuristas, mas realizáveis e exequíveis." -----

Por outro lado, eu queria lembrar que este executivo, que se encontra no seu mandato desde 2009, e que desde 2010, quando esta crise deflagrou, se manteve coerente num país em que o estado da banca foi por ali a baixo, arrastando todas as outras situações e implicações que ainda não conhecemos a profundidade minimamente. De qualquer



modo, neste concelho, todos os serviços continuaram a funcionar. E por isso as instituições nunca deixaram de funcionar, aquelas que foram criadas, aquelas que são de responsabilidade da Câmara. A população sentiu-se servida até aos dias de hoje e por isso não há, penso eu, nada de grave a apontar no exercício do executivo quando as coisas, afinal, funcionaram mesmo em tempos de crise, em tempos de dificuldades, conhecidas por todos, não só por Albufeira mas pelo país inteiro.-----

Quanto ao próprio documento e depois das palavras que foram aqui ditas, penso que também não há dúvidas quanto às preocupações que o executivo tem com os jovens e com as associações, com a formação desses jovens e com a sustentabilidade das novas associações, mas que neste momento, se calhar, estão mais sensíveis. Eu quero lembrar que o documento que foi apresentado, como é um documento de pagamento passa por uma ordem cronológica das dívidas que existiam. E o documento foi feito, concerteza, com boa-fé, não houve aqui escolhas aleatórias ou intencionais, penso que isso terá de ser um pouco considerado e assim, qualquer acusação deverá ser uma acusação fundamentada, o que nenhuma delas me pareceu nem foi aqui apresentada com essa intenção. Estamos debaixo de uma conjuntura económica negativa e de uma legislação que é limitativa e que nos é imposta. É por isso que o documento nos aparece aqui. Há falta de meios, embora exista vontade de resolver, se calhar até vamos caminhar para situações mais complexas do que estas que estamos a viver hoje. O facto é que as Câmaras não podem entregar as chaves, como foi aqui dito, têm as suas responsabilidades. O Governo com estas medidas, tem a intencionalidade aqui de obrigar a que as dívidas sejam pagas e que as Câmaras não se endividem mais devido ao pouco que têm. O documento, se calhar, sofre de alguma falta de moderação, é talvez desequilibrado, e às vezes poderá ter algum contraditório. De qualquer maneira, nós temos de responder ao que existe e ao que se nos coloca, e o que existe é uma documentação que nos impele a trazer aqui o debate e as deliberações.-----

Por fim, eu queria dirigir-me ao colega Vítor Clemente que, a dada altura e de uma maneira que me pareceu exagerada mas com aquele tom necessário que ele gosta de pôr, acusando o PSD de que não estará a assumir a responsabilidade, que apresenta aqui com o protagonismo da bancada do PSD. O que eu quero dizer é que, é normal que a bancada do PSD acompanhe de perto os problemas que se vão colocando no concelho, mas também conhece e reconhece o esforço do executivo nas soluções que são propostas. Como tal seria improvável que viéssemos a tecer críticas às soluções e às ideias que também partilhamos. É por isso mesmo que não vamos ter agora uma posição de crítica acutilante, desfavorável, para com o executivo. Não! Nós reconhecemos o esforço, sabemos quais são as ideias, partilhamos delas e por isso temos essa postura. Tendo esse pressuposto como ponto de partida, não se entende que o PS nas intervenções que não são absolutas em nada, e muitas das vezes até são muito discutíveis e às vezes frágeis, venha requerer o estatuto de bancada com uma responsabilidade exclusiva, que afinal não é só dele. O PSD está muito consciente das suas responsabilidades enquanto maioria representativa neste concelho e neste plenário, e por isso é seguro e assertivo nas aprovações e deliberações que se concluem



das votações. Tendo isso por seguro, nós não precisamos dessa luva branca que nos com que nos quis afagar." -----

Francisco Oliveira - "Sr. Presidente é só para responder. Acredito que, o PSD tenha uma atitude responsável, aliás nem de outra forma poderia ser e, de facto lembro que a bancada do PSD tem vindo a aprovar os orçamentos desde 2008, desde a altura da crise. E é interessante porque tem vindo a apoiar, esses orçamentos quando eles aumentam e quando se prevê que a receita diminua. Esta é a responsabilidade da bancada parlamentar do PSD. Tenho dito." -----

Luís Reis - "Duas palavras só para afirmar que, a oratória é muito bonita, contudo não posso deixar de responsabilizar o PSD que presentemente e de há longos anos para cá, tem vindo a aprovar as medidas que acham necessárias para conseguir equilibrar os seus orçamentos. Contudo, também gere a Câmara de Albufeira, de há muitos anos para cá, gere as despesas e não vejo aí que possa tabelar com o nome de responsabilidade. Uma coisa é ser responsável entre os benefícios e os gastos, outra coisa é descurar os gastos sabendo que os nossos proveitos são cada vez menores. E isso de há oito anos para cá tem acontecido. Daí que a oratória de que, somos responsáveis e estamos cá para trabalhar a bem da população, acaba por sair um tiro furado. O que é certo, é que nós não temos dinheiro para pagar as dívidas, já não temos dinheiro para pagar as dívidas de 2011, gastámos aquilo que gastámos. Nós da parte do PS temo-nos oposto bastante sobre as medidas que têm sido implementadas e não só, assim como as despesas, e achamos que gastámos mais do que aquilo que deveríamos ter gasto. Aliás muitos de nós, pessoalmente, devemos também ter esse tipo de noção. O que é certo é que se reflecte muito pessoalmente na gerência que a Câmara tem feito. Arremato como iniciei a minha primeira intervenção. Lamento imenso que os responsáveis de há uns anos para cá tenham gerido a Câmara desta maneira. Fizeram o melhor possível, contudo não foi o suficiente. Daí o que está à vista é uma derrocada em que ficamos sem fundos para podermos ajudar, como poderíamos ajudar, muitos dos nossos habitantes que presentemente se encontram em grandes situações de dificuldade como todos vocês conhecem e como eu conheço devido à instituição onde pertença também. Obrigado." -----

Miguel Mesquita - "Boa noite. À semelhança do Carlos Lima também, é um defeito ou se calhar uma qualidade que tenho, é dizer aquilo que penso. E compartilho muitas das preocupações que foram aqui enunciadas pelos colegas da bancada do PS, obviamente que sim, mas todos nós estamos cientes das dificuldades que existem no país, está à vista, e a Câmara Municipal, melhor do que ninguém, conhece essas dificuldades. Os seus responsáveis, obviamente. Acho que todos nós temos de arrepiar caminho, eu como membro da Assembleia Municipal também assumo as minhas responsabilidades. E respondo ao Dr. Francisco Oliveira. Nós também como oposição temos de assumir responsabilidades. O Dr. Francisco Oliveira que desculpe a minha frontalidade. Nós não podemos, depois de tudo isto que se está aqui a passar, com as dificuldades que existem que são transversais, vir para o jornal publicar que a Câmara faltou ao compromisso de quatro milhões de euros com uma associação, quando sabemos da



realidade que estamos a viver. É verdade o que estou a dizer, não é mentira! Se há dificuldades que são evidentes, como é que podemos ir para a comunicação social e para toda a população dizer que a Câmara faltou a um compromisso. Temos de ser sérios naquilo que fazemos! Certo!? Se temos de ser sérios, temos de assumir responsabilidades sobre isso. Quando vamos para o exterior transmitir a nossa mensagem, temos de ser sérios, intelectualmente sérios. Parece que era só estalar os dedos para que os quatro milhões de euros aparecessem. Quando há responsabilidades políticas, e eu tenho-as aqui como deputado, assumo-as perante quem me elegeu. Mas também nós, tanto no executivo, como na oposição, quando vamos para o exterior, a mensagem que passamos tem de ser credível. Um projecto de uma associação que não sabemos se tem viabilidade ou não, é duvidoso, e nos próximos anos nós sabemos que não existem condições de isso se concretizar e, a Câmara falta com quatro milhões de euros. É só isso que eu tenho para dizer." -----

Adriano Ferrão - "Lembre-mo-nos, realmente, de Albufeira aqui há meia dúzia de anos atrás. Quais eram os equipamentos que existiam nesta cidade. Lembre-mo-nos também qual era a qualidade de vida, embora em tempos áureos, tinha a sua mocracidade economia. De qualquer modo, o facto é que nós fomos investindo naquilo que a população ansiava. Bibliotecas, piscinas municipais, um parque escolar que é um modelo no país, "n" serviços, o Giro e muitos mais, que totalmente modificaram Albufeira. E para funcionarem tiveram que se fazer infraestruturas, criar edifícios, equipar esses edifícios, tiveram de contratar gente para trabalhar nesses edifícios para que os serviços funcionassem, e tudo isso tinha de ser orçamentado. E esses orçamentos foram, responsavelmente, viabilizados precisamente nas assembleias municipais e com grande responsabilidade do PSD. Os munícipes usufruem hoje de uma Albufeira muito mais evoluída do que era aquela que nós herdamos. Essa também com uns orçamentos que seriam agora aqui passíveis de serem discutidos. De qualquer maneira e respondendo ao Sr. deputado, que ainda bem nós, PSD, aprovámos os orçamentos, que Albufeira está como está e esperemos é que a macro economia se possa conjugar e relançar Albufeira dentro daquilo que são os postulados académicos do turismo. Albufeira poderá estar à beira da sua sexta fase, a do rejuvenescimento, até do rejuvenescimento político e não de uma estagnação. Parece que para alguns somos da desgraça. Não sei se será assim. Eu, pelo menos, vejo as coisas de um lado que esta situação actual terá de ter uma solução e que esta seja a de viabilizar uma Albufeira cada vez melhor." -----

Francisco Oliveira - "Nessas questões, eu digo já que não personalizo. São questões políticas e de forma alguma há que personalizar. Quanto à questão dos orçamentos que o deputado Adriano Ferrão falou, eu referi desde 2008 para cá. E desde 2008 que nós temos a lei e desde 2008 que nós sabemos que as receitas vão diminuindo e cada vez mais. Portanto, tem sido a tónica nesse sentido. Eu falo a partir dessa data e não renego que, os equipamentos tenham sido construídos, como se calhar, quando o PSD estava na oposição criticava o Governo Central porque fez "zero" e agora estamos a pagar por isso. No que diz respeito à questão dos quatro milhões e da associação, é



muito simples. Foi o executivo que trouxe a esta assembleia essa proposta e que depois a retirou. Nesse sentido não é mentira nenhuma que havia um compromisso e que se faltou ao compromisso. Quais as razões e porque razões e de que forma? É a questão que se coloca. Mentira não é porque, de facto, se faltou a esse mesmo compromisso." --

Miguel Mesquita - "Dr. Francisco Oliveira, com todo o respeito. Pergunto: se nesta assembleia você tem as pessoas para votar? -----

Francisco Oliveira - "É uma boa questão, mas nem tão pouco tivemos a possibilidade de ver o assunto ser discutido. Como sabe, na altura não podemos discutir a questão, pelo que também não me posso pronunciar sobre isso." -----

Presidente da Assembleia - "Mais inscrições?... Então se já toda a gente falou, eu agora também vou dizer qualquer coisa sobre isto. Nós temos aqui um documento que nos é preparado pelos serviços técnicos do município, que vem no seguimento do art.16º que na Lei n.º8/2012 impõe que seja feito um plano de liquidação de pagamentos até noventa dias após a data de entrada em vigor da presente lei. Existem aqui algumas dúvidas, e fundadas, sobre se deveria ou não ter já feito este plano. Porque a lei é um pouco contraditória em si mesma. Porque estabelece aqui um prazo sobre a data da publicação da mesma mas depois, no seu art.14º, vem dizer que *"os procedimentos necessários à aplicação da presente lei e à operacionalização da prestação de informação constante do art.10º são regulados por decreto-lei"*. E o art.10º refere-se à questão formular informações. *"Para efeitos de aplicação da presente lei, as entidades devem fornecer toda a informação sobre os compromissos e pagamentos em atraso."* No fundo é isto que aqui está, é um pedido de informação também sobre os compromissos e pagamentos em atraso. E isto é um bocado contrário entre si. Estas normas, estamos a falar de um plano de rigor legislativo e num diploma tão pequenino e ele, a si mesmo já se contradiz. Há quem diga que sim, que é obrigatório, sobrepõe aquela questão do prazo, e há quem diga que não porque não temos os mecanismos, nem a forma sequer, de fazer este plano. É note-se que, grande parte do plano teve de ser feito, tanto quanto sei, pelos serviços técnicos, com carácter quase que manual e com os planos de contabilidade de certa maneira a não baterem exactamente certo com outros critérios, não os desta lei, exactamente porque esta lei pede. Mas a verdade é que a Câmara resolveu fazer, talvez um pouco por excesso, mas talvez não. Ninguém sabe bem e na dúvida fizeram. Isto que aqui está, na minha modestíssima opinião, é uma lei que, para já precisa de regulamentação e é uma lei de aplicação duvidosa. E como já aqui foi afirmado e bem, porque se se for seguir o que aqui está previsto, não direi que todos mas a maioria dos municípios, terão de facto de encerrar as portas, nós todos, classe política, vamos embora não vale a pena estarmos aqui a fazer nada porque isto será uma questão meramente técnica e quem quiser que a faça, porque nós não somos técnicos, nem nos é cometida essa responsabilidade. Por seu turno, o decreto-lei que era suposto, pelo menos tudo assim o indica, tivesse vindo a ser publicado antes do tal prazo dos noventa dias, ainda anda aí em bolandas, eu conheço uma versão não sei se é a última se não, e nunca mais sai. O rigor técnico disto, é fraquinho. Até fiz aqui um papelinho, que depois vou ler, que é uma proposta que proponho como deliberativa,



onde ressalto para esse rigor técnico, até no próprio emprego da linguagem. E portanto, se por um lado isto aqui está, penso que deve ter sido uma imposição lá de fora, vir à pressa dizer isto aos municípios, mas depois a questão é mais delicada quando se torna a aplicar isto a cada caso em concreto, porque há casos muito díspares. E uma lei que pretende ser minuciosa, em certa medida, na forma de agir, pode-se aplicar e facilmente a uma Câmara "A" e ser completamente inaplicável a um conjunto de Câmaras tipo "C". Mas nós já estamos habituados que se vão fazendo leis que não podem ser aplicadas na prática. Isto às vezes é um defeito dos parlamentos, que não têm uma noção da realidade para a qual legislam e a que ela se vai aplicar. É o tal falta de rigor técnico que nós já vamos estando habituados, não é de agora, é já de há muitos anos. Tenho aqui o texto do tal decreto-lei, o tal que não se sabe se vai ser ou não, só saberei quando for publicado, nós só o saberemos quando for publicado, e penso que ele vai ter que resolver muita coisa para que esta lei, se não vai ter que ser alterada, pelo menos resolver aqui questões que são inultrapassáveis. Isto também não surge de uma forma isolada. Esta lei que está aqui de uma forma isolada, que até deve ter dado algum gozo lá aos senhores da Troika ler isto, o objectivo é claro, é: endividaram-se, não há mais contracção de dívidas, agora pagam o que está para trás e comecem a viver com o que têm daqui para a frente. Porque o objectivo é claro, e penso que ninguém poderá discordar dele, agora a forma como o põem no papel é que já poderá não ser clara e já pode ser inaplicável. E pode gerar, inclusive, o não funcionamento corrente, não estou a falar do outro, dos municípios. E portanto, isto terá que ser acompanhado de outras medidas e, designadamente, de alterações ao financiamento, lembro-me das finanças locais e as formas de financiamento das autarquias. Terá que ser visto e é bom que o legislador saia à rua e venha aos municípios ver como é que podem aplicar isto. E com os vários tipos de municípios, vão ao interior, vão ao norte, vão ao sul, vejam a diversidade que existe porque só conhecendo a diversidade que existe e a pluralidade de situações é que poderão fazer uma abstracção e a partir daí legislar, de forma geral. Se não, caímos na asneira. Foi levantada uma questão que, para todos nós assembleia municipal, também nos diz respeito, e que tem a ver com a questão da responsabilização que vem aqui consignada nesta lei e que diz, para quem não leu ainda que, os titulares de cargos políticos ... incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor. Ora bem, titulares de cargos políticos somos todos nós, a lei não distingue. Quando a lei não distingue lá está a máxima latina "ubi lex non distinguit non distinguit debemus". A lei quando não distingue, é para tudo. E portanto, nós aqui estamos no mesmo saco. A questão que se põe, neste momento aqui hoje, é saber se ao estarmos a deliberar, quem votar contra naturalmente não terá responsabilidade nenhuma, quem se absteriver pois não sei se terá ou se não terá, quem votar favoravelmente, naturalmente que terá responsabilidade. Mas terá responsabilidade nestes termos? Eu entendo que não. Eu entendo que não por vários motivos, e o primeiro é que, ainda não temos nada que esteja neste documento que contrarie a lei. Porque a responsabilidade só existe se for contrária à lei. E portanto,



não havendo nada contrário à lei neste documento, logicamente, não poderá haver responsabilidade. Este documento, é um documento, eu tive o cuidado de falar com quem devia falar, essencialmente de natureza técnica, em que se fez a previsão das receitas de acordo com receitas anteriores, sem qualquer tabulação, sem qualquer base em orçamentos, mas com base em receitas em concreto e foram postos como pagamento. Daí que, tivessem até seguido e ter-se usado já de alguma sabedoria sobre o texto, presumivelmente será o texto do decreto-lei embora a isso não estivessem obrigados, até podíamos ter posto aqui vinte anos, já que isto é um documento, peço desculpa dizer isto, para cumprir calendário, para cumprir lei, até podíamos ter posto cinquenta anos de pagamentos, porque a lei fica cumprida e ninguém nos vem à perna porque não temos na lei nenhum limite temporal para os pagamentos. Aliás, diga-se também, que até o art.16º, digo-o na proposta deliberativa porque não resisti, posso-o interpretar de outra maneira e ninguém me está a obrigar a pagamentos. Eles utilizam aqui, indevidamente, a expressão "liquidação" para significar "pagamento". Ora liquidação, quem está no Direito sabe muito bem que liquidar não é a mesma coisa que pagar. Na linguagem vulgar usamos muitas vezes liquidar como forma equivalente ao verbo pagar, mas em técnica jurídica e do ponto de vista fiscal e civil, liquidar não significa isso. Liquidar, significa tornar líquida uma dívida, torná-la certa. Pagar, é pagar a dívida. E aqui até falam em pagamentos em atraso, em bom rigor nem deveria haver. Porque o pagamento é precisamente a forma de distinção das obrigações. Há aqui uma contradição na linguagem que denota logo "o grande rigor técnico" que se utiliza hoje na nossa Assembleia da República. Felizmente já temos ali quem não está lá agora, porque se não podia sentir isto de alguma forma. Mas pode ser no sentido de que para nós que estamos aqui neste parlamento local, menor, não em dignidade, mas menor na importância dos casos, tratamos dos casos de Albufeira, os senhores deputados da nação tratam dos casos de Portugal. E, portanto, deveriam ter um pouco mais de cuidado e estudar melhor a lição antes de virem legislar com tanta pompa e circunstância. Temos mais uma lei que é para não aplicar, em palavras muito simples, como temos muitas aí em vigor há anos, e que não são aplicáveis de forma alguma, são completamente inaplicáveis. Portanto, isto é só mais uma que vamos ter que engolir e vamos ter que cumprir. E a Câmara entendeu, entendeu e bem. Eu poderia pensar de outra maneira mas não há nada que nos diga que não deva ser feito dentro do prazo. O prazo, se a lei entrou em vigor no dia 22 de Fevereiro, estamos dentro do prazo, os tais noventa dias, para tomar esta deliberação. Passo a ler a minha proposta deliberativa (doc.1)."



Liquidação: é o acto de apurar o montante, de proceder ao apuramento do seu valor.

Liquidar será tornar a obrigação líquida, certa.

Liquidar, em termos jurídicos não é o mesmo que pagar.

Em linguagem comum usa-se a terminologia liquidar como sinónimo de pagar, mas tal terminologia não deveria ser empregue em textos de lei, que se pretendem rigorosos.

O acto de “pagar” uma obrigação provoca a sua extinção.

Não se poderá, portanto, dizer que, a lei use da melhor linguagem em sentido técnico-jurídico ao usar a expressão “Plano de liquidação dos pagamentos em atraso”. Seria mais rigorosa se usasse a expressão “Plano de pagamento das dívidas vencidas e não pagas”

Usa-se agora na lei, segundo a mais “moderna técnica legislativa” uma confusão de conceitos jurídicos em trocadilhos contrários.

Se fossemos ao rigor não faria qualquer sentido falar de pagamentos em atraso se não houvesse previamente a liquidação das dívidas, pois que enquanto esta não estivessem liquidadas, não haveriam dívidas. As dívidas em geral só são exigíveis quando são certas e líquidas.

Esta falta de rigor jurídico, poderia levar as entidades a interpretar a lei no sentido de que o plano de liquidação se conteria dentro dela mesmo, liquidação, ou seja, da manifestação da sua existência, do valor descritivo da dívida, não tendo de pressupor qualquer pagamento. Sabemos, contudo, por adivinhação, que não é isso que o legislador pretende.

Se na letra, a lei é pouco rigorosa, na sua aplicação prática, é impossível, sem que antes sejam reformuladas uma série de questões interligadas entre si, vg, a Lei das Finanças Locais.

Tenho mesmo dúvidas que a lei esteja em vigor, pois que a informação de compromissos ou pagamentos em atraso (Art. 10º), tem procedimentos necessários à sua operacionalização que será regulada por decreto-lei, que se saiba ainda não publicado.

5



Há, assim que dizer, que a Câmara poderá estar a pecar por excesso ao ter enviado este documento à Assembleia Municipal, antes da publicação do Decreto – Lei, mas a verdade é que o nº 1 do Art. 16º impõe um prazo. Clareza Legislativa!

Tendo em atenção o disposto no Art. 16º nº 1 e nº 4 e o Art. 6º nº 1 c) da Lei 8/2012 de 21-02, desde que envolva compromisso plurianuais, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal a apresentação de um plano de liquidação de pagamentos.

Assim proponho que a Assembleia Municipal delibere

Declarar a sua autorização prévia ao plano de liquidação dos pagamentos em atraso, constante na deliberação da Câmara Municipal de Albufeira de 10 de Maio de 2012.

Assembleia Municipal de Albufeira, 14.V.2012

O Proponente


Carlos Eduardo da Silva e Sousa



Presidente da Assembleia - "Eu acho que não perdemos nada em fazer esta autorização embora tenha consciência que, é o que diz na lei, é a autorização prévia, não nos faz aprovar, a lei não nos comete qualquer aprovação, o que a lei nos diz é que, art.6º n.1 alínea c) está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal quando envolvam entidades da administração local. Rege aqui pelo n.4 do art.16º que como se fala de planos plurianuais é aplicável, portanto, esta disposição. É esta a minha proposta, que coloco à vossa consideração." -----

Francisco Oliveira - "Acho que fez aí uma referência importante porque, de facto, a contradição é evidente, entre liquidação e pagamento. E eu não queria apropriar-me da autoria de uma frase que foi referida na reunião do Executivo, de que esta lei é uma trapalhada. E de facto é uma verdadeira trapalhada, porque em termos jurídicos nada se enquadra. Neste caso concreto, na minha perspectiva, e penso que também no seio do grupo do partido socialista, há duas razões que nos fazem votar contra este plano. E votar contra este plano não tem a ver com a necessidade de a Câmara Municipal ter um plano e resolver os problemas dos pagamentos. Tenho de fazer um louvor às técnicas da Câmara Municipal que, com todo o respeito, fizeram um "romance", porque tiveram a tentar construir alguma coisa sobre algo que ninguém sabe muito bem o que é. Tiveram a fazer um trabalho que eu diria difícilíssimo, onde não há rácios, não há indicadores, não há o que quer que seja para que se possa, elaborar o documento pelo que, deve ter sido um trabalho árduo. A primeira questão tem a ver com o problema da responsabilidade e o Sr. Presidente como jurista tem conhecimento das responsabilidades que a aprovação do mesmo implica, e em segundo lugar porque, realmente, o conteúdo é parco. E não é parco por falta de trabalho, é parco porque não há condições, nem há linhas de orientação para que ele seja feito de outra forma. Tenho dito." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (06) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima, Luís Reis, Rosário Charrua -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (18) Carlos Silva e Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Ausências: uma (01) Rui Bernardo -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----



Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Maio de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____



**4ª Alteração
em 17 de Maio de 2012
à
Tomada de Posse
do
Conselho Municipal
de Segurança de
Albufeira**

Mandato 2009 - 2013

**Realizada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de
Albufeira de 17 de Dezembro de 2009**

José Humbria Correia Brazão - Representante da AHISA; -----

• -----

Maria Conceição P. Silvestre - Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; -----

• -----

António José Oliveira Gonçalves - Representante do Serviço Municipal de Protecção Civil; -----

• -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Eduardo da Silva e Sousa -----

Carlos Eduardo da Silva - 45

A Primeiro Secretário, Maria Eugénia Xufre Baptista -----

Maria Eugénia Baptista

A Segundo Secretário, Maria Isabel Rodrigues Mateus *Maria Isabel Rodrigues Mateus*

